

O discurso e as especificidades da materialidade textual

Emerson de Pietri¹

¹Faculdade de Educação - USP

pietri@uol.com.br

Abstract. *Based on Maingueneau's concept of interdiscourse, this work aims to discuss the conceptions of scientific divulgation, and suggests that Fuchs' notion of paraphrase should be considered according to the semantic restrictions of a specific discourse.*

Keywords. *Discourse analysis; interdiscourse; paraphrase; first language teaching.*

Resumo. *Neste artigo, propõe-se considerar a divulgação científica com base no conceito de interdiscurso tal como proposto por Maingueneau, sugerindo-se que a noção de paráfrase elaborada por Fuchs seja considerada com base nas restrições semânticas próprias a determinado discurso.*

Palavras-chave. *Análise do discurso; interdiscurso; paráfrase; ensino/aprendizagem de língua materna.*

1. Introdução

Este trabalho está inserido num percurso de investigação sobre o modo como os conhecimentos produzidos pela ciência são apropriados, em diferentes condições históricas, na elaboração de documentos sobre ensino de língua portuguesa (não apenas os relacionados à formação inicial do professor, mas também os relacionados à formação continuada), ou em obras de autores que pretendem contribuir com alternativas para mudanças/melhorias no ensino de língua portuguesa.

A observação e análise dos modos de apropriação de saberes acadêmicos em obras que se propõem discutir a questão do ensino de língua portuguesa com base em referenciais teóricos oferecidos pelas pesquisas lingüísticas, é um meio de conhecer e propor alternativas para o trabalho de formação de professores de língua portuguesa.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva discursiva de vertente francesa, observei as possibilidades de emergência e as características do discurso produzido em função de questões relacionadas ao ensino de língua portuguesa no Brasil (Pietri, 2003). No discurso a que denominei *discurso da mudança*, a divulgação de idéias lingüísticas é a base para a argumentação quanto às necessidades de alteração no ensino de língua materna.

Observo, neste momento, como se materializam textualmente as características discursivas do discurso da mudança. Parto da hipótese de que a determinados discursos correspondem estruturas textuais específicas, isto é, que os gêneros textuais estão em concordância com a semântica global de uma dada formação discursiva (c.f.: Maingueneau, 2004).

Assim, a observação de elementos constituintes de determinada estruturação textual, do *intradiscurso*, do modo como um discurso se desenvolve na materialidade, sua *formulação*, se constitui um meio de observação das características do(s) discurso(s) em que o(s) texto(s) se inscreve(m).

Considerado essencialmente heterogêneo, o discurso se constrói a partir de relações interdiscursivas. Essas relações são consideradas segundo a concepção de interdiscurso apresentada por Maingueneau (1997; 2004), que apresenta a interdiscursividade como uma situação de delimitação recíproca entre discursos, fundamentada em relação polêmica.

Maingueneau (2004), ao considerar como unidade de análise não o *discurso* (entendido como “dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”), mas *um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos*, estabelece a precedência do interdiscurso sobre o discurso. Desse modo, a identidade discursiva se estrutura a partir de relações interdiscursivas, caracterizadas por se fazer como uma interação semântica entre discursos. Essa interação se constitui como um processo de “tradução”, de *interincompreensão* regrada: um sistema de regras define a especificidade de uma enunciação com base numa coerência global. Segundo Maingueneau (2004: 22), “o caráter “global” dessa semântica se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação...”.

A paráfrase será o principal fenômeno observado na análise realizada. À concepção de paráfrase proposta por Fuchs (1982), que a considera um fenômeno fundamentado na busca de identidade lingüística em concomitância com a marcação de uma diferença discursiva, este trabalho vem propor a hipótese de que, uma vez que a produção discursiva é regrada por uma semântica global, o processo de parafraseagem segue o sistema de restrições do discurso agente, e, se é produto da “tradução” realizada por esse discurso, caracteriza-se como *simulacro*.

Assim, no discurso de divulgação científica, que procura formas de identificação com o discurso científico, a parafraseagem se faz de acordo com a semântica global do primeiro, produzindo, assim, simulacros do discurso da ciência e do(s) discurso(s) tomado(s) como adversário(s). Nesse sentido, não apenas a paráfrase, mas também os demais recursos de coesão textual, seguem um modelo global, e são regulados pelo sistema de restrições do discurso agente — no caso, o discurso de divulgação.

2. A divulgação científica como atividade de mediação.

A principal característica apontada para a divulgação científica em estudos a ela dedicados é a de se constituir como mediadora de conhecimentos. A divulgação científica tem sido caracterizada como uma atividade que pretende tornar acessível a um público mais amplo que a comunidade científica os conhecimentos produzidos pela ciência (c.f.: Mortureaux, 1982; Authier, 1982; Andrade, 1996), ou seja, pretende promover a comunicação entre comunidade científica e público leigo, comunicação considerada impossível de se realizar a partir do discurso científico, que seria abstrato demais para o homem comum.

Faz-se necessário, segundo essa concepção, o papel do divulgador, que assume a função de mediar, através de um processo de recodificação, a comunicação entre

cientistas e público leigo, respondendo assim por tornar acessível a um público que não os cientistas, os conhecimentos produzidos pela ciência. A divulgação científica responderia, desse modo, por um papel pedagógico, que se relaciona, nesse caso, a outros objetivos além da aquisição de conhecimento, como a relação entre conhecimento e melhorias na qualidade de vida, por exemplo.

Alguns autores consideram que o discurso da divulgação científica se caracteriza por ser parafrástico em relação ao discurso científico, o discurso-fonte (Mortureaux, 1982; Loffler-Laurian, 1983), ao passo que outros autores consideram que há, no discurso de divulgação, um trabalho com a linguagem em que se reformulam conteúdos (Coracini, 1991, 1992; Beacco & Moirand, 1995), havendo, desse modo, produção, e não apenas reprodução. Beacco & Moirand apresentam o discurso de divulgação científica como mediador de conhecimentos entre ciência e grande público, tendo um papel de difusão. Essa difusão se realiza, segundo os autores, através da reformulação de conteúdos (conceitos e termos), que consiste em alterar as denominações utilizadas para designar um mesmo objeto.

Segundo Authier, o produto da divulgação científica, ao contrário do produto da tradução, se apresenta explicitamente como resultante de um trabalho de reformulação de um discurso-fonte, deixando à mostra as marcas dessa reformulação no discurso segundo. O discurso-segundo (D2) mostra a enunciação do discurso-primeiro (D1) que ele pretende reportar, e mostra a si mesmo em sua atividade de reportar. Os atos de enunciação de D2 e seus interlocutores não estão apenas presentes, mas estão amplamente representados nesse discurso. Ou seja, o discurso de divulgação coloca em cena a própria enunciação, o que promove a configuração de três papéis: da ciência; do divulgador; do público leitor. O cientista se apresenta como alguém que possui prestígio, autoridade, seriedade. A imagem do leitor é construída como a de um homem aberto, curioso, inteligente, consciente da distância que o separa dos especialistas: homem honesto contemporâneo. O divulgador é aquele que assume a tarefa de colocar os dois pólos acima em contato; apresenta um estatuto ambíguo de comentador-compiler.

O que caracteriza o discurso de divulgação científica para Authier (1982) não é apenas a adaptação do discurso-fonte para um novo receptor, mas o fato de se prender, se apoiar, explicitamente, sobre D1, de sempre se reenviar a um discurso primeiro. O que caracterizaria a economia global dos textos de divulgação científica, portanto, seria o fato de a constitutividade do Outro ser *mostrada* nesse discurso. Nesse sentido, a divulgação científica é considerada “um modo de tradução bem específico”, pois, se a tradução busca a homogeneidade, busca apagar a distância e o trabalho, a divulgação científica mostra a reformulação em vias de se fazer.

Segundo esta concepção, está em jogo uma dupla alteridade, ou seja, um retorno contínuo da relação exterior/interior a seu reverso, em que os discursos são apresentados de modo assimétrico, com a sobrevalorização de D1 e a marcação de D2 como aproximativo (tanto de D1 como das coisas). O funcionamento conjunto dos dois discursos, desse modo, reforça a diferença entre eles. É um discurso fundamentalmente heterogêneo que se constitui. Nele, o plurilingüismo (segundo Bakhtin, inerente a todo discurso), é particularmente revelado.

Tem-se, então, segundo a autora, um “bilingüismo ostentado deliberadamente em um trabalho ostensivo sobre as palavras que coloca o enunciador-vulgarizador em

uma posição metalingüística distanciada”; tem-se um “caráter explicitamente heterogêneo de um discurso que mostra a si mesmo”. O discurso de divulgação científica é considerado como o lugar de reencontro, em sua heterogeneidade, de dois discursos mostrados como estranhos/estrangeiros um ao outro. A divulgação científica se apresentaria, assim, como uma “prática discursiva específica” em que “um discurso explícito se mostra, se duplica do espetáculo que ele faz de si mesmo como discurso do dialogismo”. Sua fórmula é “eu falo pelos outros”: apresenta-se como uma retórica da mediação.

Com isso, a divulgação científica se diferenciaria do discurso didático dos manuais, que apaga os mecanismos de enunciação no anonimato de um discurso universal da Verdade, na racionalidade atemporal e impessoal. Na divulgação científica, a Ciência, personificada, animada, é “representada”: a divulgação científica não fala o discurso da ciência, apenas o mostra. “Inscrito na ordem do espetáculo”, “do não verdadeiramente”, reforça a “verdade” do discurso da Ciência como sua fonte e sua garantia na ordem do real. Constrói, assim, uma outra forma de discurso didático.

Em resumo: segundo Authier (1982), a divulgação científica, considerada um trabalho de reformulação textual-discursiva, tem o objetivo de transpor um problema de comunicação. Isso se deveria a uma ruptura na intercompreensão entre a língua dos cientistas (comparável a uma língua estrangeira) e a língua da comunidade. Trata-se, segundo esse ponto de vista, de um trabalho de mediação ao nível do discurso: trabalho de transmissão de um discurso existente em função de um novo receptor, a divulgação científica seria a prática de reformulação de um discurso-fonte em um discurso segundo.

3. A divulgação científica como atividade de produção discursiva.

Partindo-se da hipótese de Maingueneau (1997; 2004), que considera que os discursos se produzem com base em relações interdiscursivas, as quais, por sua vez, se fundamentam em delimitações recíprocas com base em um processo de interincompreensão regrada, parece ser mais adequado considerar que o discurso de divulgação científica, em relação a aspectos lingüísticos e a aspectos discursivos, não consista em atividade de reformulação, mas de produção discursiva.

A consideração da DC como produção discursiva, tal como proposta no presente trabalho, se diferencia da proposta por Zamboni (2001), que considera a divulgação científica uma prática de formulação de um novo discurso em função dos destinatários envolvidos e das condições materiais de produção — o que produziria, nos termos de Bakhtin (1992), um discurso com uma organização temática, composicional e estilística própria. Diferencia-se também das concepções que consideram a produção em relação apenas a reformulação de conteúdos e termos.

Desse modo, é preciso ir além e considerar que a divulgação científica se produz com base na tensão resultante da aproximação dos discursos. A produção do discurso de divulgação científica se faz a partir de um jogo em que busca aproximar-se em relação ao discurso científico, simulando uma identificação, e em que busca por mostrar as diferenças em relação ao discurso segundo (o discurso adversário). Há, nos dois casos, produção de simulacro — isto é, a tradução dos enunciados do Outro a partir das regras do discurso agente, segundo o princípio da interincompreensão regrada.

Com base na aproximação e contraposição que o discurso de divulgação científica promove — e, como observa Authier (1982), mostra em vias de se fazer —, é

encenada a interincompreensão entre dois discursos colocados como adversários (o discurso científico e o considerado *a*-científico), com seu jogo de semelhanças e diferenças. Uma vez que se trata de relações interdiscursivas, são colocados como adversários não os discursos de fato, mas os simulacros que o discurso de divulgação científica constrói dos discursos que coloca em jogo. O discurso agente (nos termos de Maingueneau) regula as relações entre discurso científico e discurso adversário (do simulacro que deles se produz), além de sua própria relação com um e com outro.

A noção de *paráfrase*, tal como desenvolvida por Fuchs (1982), indica que a tensão discursiva é necessária para a própria progressão do discurso. De acordo com a autora, lingüisticamente, a atividade de parafrasear consiste, por condução metalingüística, em anular, reduzir, apagar o múltiplo, as diferenças, para simular uma identificação, em uma determinada situação; no plano discursivo, consiste em jogar com as diferenças, em mostrar as diferenças, produzindo tensão entre o Mesmo e o Outro, o que faz progredir o discurso.

Quanto à relação entre o discurso de divulgação e o discurso colocado em situação de adversário, se a oposição se faz argumentativamente, marca-se textualmente pelo uso de operadores discursivos, num tipo de coesão denominada *seqüenciação por conexão* (Fávero, 2002). Relaciona-se ao que Koch (2002) denomina *seqüenciação frástica*.

Quanto à relação entre discurso de divulgação e discurso científico, se a busca pela identificação se faz por condução metalingüística, marca-se textualmente por um tipo de coesão denominada *recorrencial*, que se caracteriza pela articulação de uma informação considerada nova a uma informação considerada velha (Fávero, 2002). Relaciona-se ao que Koch (2002) denomina *seqüenciação parafrástica*, em que a relação de paráfrase é considerada como *recorrência de conteúdos semânticos*: “um mesmo conteúdo semântico apresentado sob formas estruturais diferentes” (p. 56).

Se assim é lingüisticamente, é preciso considerar que, discursivamente, as “formas estruturais diferentes” são determinadas pelo sistema de restrições do discurso agente.

A paráfrase, no discurso de divulgação científica, se faz pela busca de identificação com o discurso científico, gerando a tensão entre o Mesmo e o Outro, e se apóia na contraposição ao discurso colocado como adversário, que é uma outra maneira de aproximar-se do discurso com que busca a identificação. Esta relação de contrariedade pode ser explicitada — como acontece no discurso da mudança, por exemplo —, ou permanecer implícita, sugerida — que seria um modo de evitar embates diretos com o discurso tomado como adversário.

4. O modelo do discurso da mudança e o texto de *Língua e liberdade*.

Neste trabalho, será observada parte da publicação *Língua e liberdade* (Luft, 2000), uma vez que esta obra é das que mais claramente apresenta as características do discurso da mudança. Como aponta seu autor, o livro é composto de pequenos ensaios, de origem jornalística, com “caráter de vulgarização”, isto é, em que se encontra “o esforço de alcançar e difundir assuntos especializados ao público em geral” (*Advertência*, p. 07). O capítulo 2 (“A teoria da linguagem”) foi o escolhido para a observação pelo fato de ele reiterar a advertência inicial ao colocar, como seu objetivo, tratar de *teoria da linguagem* de modo a tornar o assunto acessível a não especialistas,

ao “leitor comum”. Neste capítulo é apresentada a teoria que fundamenta as proposições da obra: a Lingüística moderna em sua vertente gerativo-transformacional.

O discurso da mudança se caracteriza por argumentar quanto à necessidade de mudanças nas concepções de linguagem e de ensino, e por apresentar um componente de divulgação científica: a argumentação se realiza amparada na divulgação de teorias lingüísticas, sociológicas e/ou sociolingüísticas, que fornecem então subsídios para demonstrar a procedência da concepção de língua/linguagem apresentada pela Lingüística, e os problemas apresentados pela concepção de língua e de ensino que se pretende modificar.

Esse discurso se fundamenta na asserção de que a divulgação científica de idéias da Lingüística pode levar a: i) mudar o ensino (em função de atender camadas da população que passam a freqüentar os bancos escolares, fazendo da instituição de ensino o lugar em que seja possível agir socialmente para a obtenção de uma ordem social mais justa); ii) considerar a realidade da variação lingüística e respeitar a linguagem do aluno, porém observando a escola como o lugar da norma, o lugar em que se pode/deve levar ao aluno a variedade lingüística socialmente prestigiada.

Os enunciados acima têm como base uma oposição primitiva, /Transformação vs Manutenção/, que, por sua vez, sustenta um conjunto de oposições em que se fundamenta o discurso em questão. Com base no sema /Transformação/, um conjunto de semas é produzido, e, função dele, produzido também o conjunto de seus contrários (/Manutenção/) — estes, atribuídos ao discurso adversário, o *tradicional*; são produzidos, assim, simulacros (a partir da tradução do discurso do Outro com base no sistema de restrições do discurso agente — neste caso, o discurso da mudança). Com base na organização discursiva fundamentada nesses dois semas, chegamos à seguinte esquematização quanto à oposição semântica operada em registros positivos e negativos: /Científico vs Acientífico/; /Ordem vs Confusão/; /Diversidade vs Homogeneização/; /Exaustividade vs Falta/; /Mudança vs Estagnação/; /Dinâmica vs Estaticidade/; /Adaptação vs Imposição/; /Atualização vs Arcaização/; /Conceituação vs Preconceito/; /Críticidade vs Acríticidade/; /Informação vs Desinformação/; /Regularização vs Exceção/; /Expansão vs Restrição/. (Salvo poucas exceções, os termos que constituem esses pares de oposição foram retirados do texto sem que se aplicasse qualquer tipo de operação de parafraase.)

O sema /Manutenção/, por sua vez, tem seu correlato, no discurso denominado *tradicional*, no sema /Permanência/: os “velhos costumes” devem ser mantidos; à gramática tradicional deveriam ser somados “recursos e medidas que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas” (Bechara, 1998:10-11). O sema /Transformação/ é considerado, nesse discurso, como “crise”, promovida por “onda novidadeira”, “populismo”, “demagogia” (Bechara, 1998). Os semas que se encontram marcados positivamente no discurso tradicional são, dentre outros: /Harmonia/; /Continuidade/; /Solidariedade/; /Normatização/; /Historicidade/; /Integralidade/; /Horizontalidade/. A continuidade histórica (horizontalidade) é contraposta à fronteirização, isto é, à descontinuidade social (verticalidade). Já no discurso da mudança, a fronteirização social é um dos semas atingidos pelo eixo da /Transformação/; a horizontalidade histórica é considerada com base nos semas /Mudança/, /Dinamismo/, /Variabilidade/, /Atualização/, /Adaptação/ (assinale-se serem noções muito próximas das propostas pela Teoria Darwinista da Evolução).

O texto de *Língua e liberdade* se constrói com base no sistema de restrições do discurso da mudança, com as oposições semânticas apresentadas acima. Segundo esse sistema, o primeiro termo de cada um dos pares se desenvolve textualmente com base em operações de paráfrase. O segundo termo, relativo ao discurso adversário, com base em operações argumentativas. As regras de parafraseagem correspondem a estruturação coesiva do tipo recorrential; as regras referentes à contraposição correspondem a estruturação coesiva do tipo seqüencial. Uma vez que o sistema de restrições do discurso agente, o discurso de divulgação científica, busca a identificação em relação ao discurso científico, o processo de parafraseagem é dominante em relação à atividade de contraposição ao discurso adversário.

Em ambos os casos, a progressão discursiva se faz em função da tensão interdiscursiva: como essa tensão se faz mediante uma interincompreensão regrada, no texto em análise é possível considerar, com base no modelo em que ele se constrói, que o princípio da progressão textual é o princípio da recursividade (que se mostra possível num modelo coesivo fundamentado no par *recorrência / seqüência*) — o que está em consonância, inclusive, com o modelo teórico — gerativista — que a obra se propõe divulgar.

Nesse sentido, a passagem a seguir, apresentada como “uma definição de *gramática* calcada em definições esparsas de Chomsky e discípulos”, será reescrita, de acordo com o modelo estrutural apresentado acima, de modo a promover a progressão textual:

“Sistema finito de regras que gera frases infinitas — nada mais e nada menos que todas as frases bem-formadas da língua —, provê as respectivas descrições estruturais, bem como as relações entre som (representação fonética) e significado (interpretação semântica).” (Luft, 2000: 34)

A reescrita da *definição* acima se realiza segundo o princípio da recorrência e da seqüencialidade — o que está de acordo com os mecanismos de coesão prevalentes na estruturação textual. Dessa *definição*, o primeiro termo a ser “reescrito” é *sistema*, apresentado da seguinte maneira:

“As regras formam um *sistema* — com relações, interdependência e ordenamento determinados — e não um aglomerado assistemático, à maneira das gramáticas tradicionais.” (idem)

A estrutura do parágrafo acima se repetirá na seqüência do texto: num primeiro momento, há uma tentativa de identificação com o discurso científico por meio de recurso de caráter metalingüístico — *sistema* é destacado com o uso de itálico e, a seguir, há uma intercalação que especifica o sentido que se confere ao termo; na seqüência, aparece a contraposição ao discurso adversário — com base no simulacro que dele se constrói —, quando é assinalada a diferença entre os discursos colocados em relação polêmica pelo discurso de divulgação.

O mesmo pode ser observado em relação ao termo *finito* — o próximo a ser reescrito na ordem colocada pela definição de *gramática* formulada pelo texto —, em que se observa a relação de paráfrase ser estabelecida pela expressão *isto é*, seguida da passagem em que se marca a relação polêmica com o discurso adversário:

“Sistema de regras *finito*, isto é, limitado. As gramáticas artificiais é que deixam a impressão de haver sempre lugar para mais alguma regra, ao capricho de quem legisla a linguagem.” (idem, p. 35)

A estruturação acima apresenta o mesmo princípio de reescrita encontrado para níveis gradualmente maiores. Assim, após a parte primeira do capítulo, em que cada parágrafo retoma e reescreve uma passagem da definição apresentada ao seu início, na seqüência, retoma cada item anteriormente reescrito em parágrafo, para ser reescrito em uma nova parte constituinte do capítulo. Há, desse modo, um processo de “ampliação” textual com base num mesmo modelo estrutural; se, na primeira parte, o início do parágrafo constrói a identificação, e, seu final, a contraposição ao ensino tradicional, na seqüência do capítulo, o início de cada parte (um ou mais de um parágrafo inteiro) enfatiza a identificação, e seu final (um ou mais parágrafos inteiros), enfatiza a contraposição ao ensino tradicional, sempre respeitando a relação de dominância da paráfrase sobre a contraposição.

Essa estruturação observada para o capítulo 2 regula também a estruturação textual dos capítulos subseqüentes, que apresentam também caráter de divulgação científica.

Apresento ainda como hipótese o fato de que o discurso de divulgação científica, em sua busca por identificar-se ao discurso científico, simularia, em sua estruturação textual, quando possível, o modelo teórico a ser divulgado — ou melhor, o simulacro que constrói desse modelo. Temos, assim, que a estruturação textual constituiria uma “paráfrase” do modelo de descrição estrutural da teoria a ser divulgada.

A proposta de leitura acima apresentada para texto de *Língua e liberdade* parece se sustentar como algo não episódico, mas constitutivo, pois, se considerarmos o primeiro capítulo do livro (“Subversão lingüística?”), observamos que ele, por não se caracterizar como de divulgação científica, mas se construir com base em comentários a partir de uma crônica (*O Gigolô das palavras*, de Luís Fernando Veríssimo), não segue o modelo de estruturação acima apresentado.

5. Considerações finais

A estruturação textual de *Língua e liberdade* mostra a organização discursiva a que pertence. Por se tratar de texto de divulgação científica, seu modelo de restrições busca identificar-se ao discurso científico e se fundamenta principalmente na paráfrase.

De acordo com a hipótese de Maingueneau (1997; 2004), o sistema de restrições participa de uma semântica global. Desse modo, a atividade de parafraseagem em *Língua e liberdade*, ao buscar identificar-se com o discurso parafraseado, no caso, o discurso científico, o faz não apenas lingüisticamente, mas interdiscursivamente, e, como as relações interdiscursivas se fundamentam em interincompreensão regrada, a paráfrase se caracteriza pela construção de simulacros com base nas regras de tradução do discurso agente — o discurso de divulgação científica.

A análise acima propõe que o que caracteriza o discurso de divulgação científica é o fato de encenar a interincompreensão de dois discursos — com a produção recíproca de simulacros regrada, na verdade, pelas restrições do próprio discurso de divulgação científica, o discurso agente.

6. Referências bibliográficas

- ANDRADE, L. T. de. Les Discours et les Lieux de Formation des Enseignants de Langue Maternelle. Tese de Doutorado. Université de Paris VIII, 1996.
- AUTHIER, J. La mise en scène de la communication dans le discours de vulgarisation scientifique. In *Langue Française*, 53: 34-47, Paris, 1982.
- BEACCO, J-C. & MOIRAND, S. Autor des discours de transmission de connaissances. In: *Langages*, 117: 32-53, mars 1995.
- CORACINI, M. J. R. F. Onde o discurso científico “se aproxima” do discurso político. In: XXXIX Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. *Anais*. Franca, 1991, p. 376-382.
- _____. A presença do outro na divulgação científica. XXI Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. *Anais*. Vol. 1. Jaú, 1992, p. 628-635.
- FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 2002.
- KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2002.
- LOFFLER-LAURIAN, A. M. Typologie des discours scientifiques: deux approches. In: *Études de Linguistique Appliquée*, 51: 9-20, Paris, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *Gênese dos discursos*. (trad. Sírio Possenti) Curitiba, PR: Criar Edições, 2004.
- MORTUREUX, M. F. Paraphrase et métalangage dans le dialogue de vulgarisation. In: *Langue Française*, 53: 48-61, Paris, 1982.
- PIETRI, E. *A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil*. Campinas, SP : [s.n.], 2003.
- ZAMBONI, L. M. S. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.